

ASSESPRO
PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)

Audiência Pública: Desafios e metas do governo em relação ao direito digital

Foi realizada nesta quarta (13) audiência pública no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital do Senado Federal, com objetivo de debater os desafios e metas do governo em relação ao direito digital, com a presença do ministro da Justiça, **Flávio Dino**. O evento ocorreu em atendimento ao [requerimento](#) do senador Eduardo Gomes, presidente do colegiado.

Flávio Dino destacou a aprovação pelo Senado do PL das Fake News ([PL 2630/2020](#)), indicando a relevância de deliberação das demais matérias sobre o tema, ressaltando a importância da retomada do debate na Câmara dos Deputados. Afirmou que o governo trabalha com objetivo de viabilizar um ambiente digital seguro e íntegro, destacando a importância de assegurar a responsabilidade das plataformas digitais. Disse que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MSJP) apresentou uma série de sugestões ao relator do PL 2630/2020, deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), dentre elas, uma acerca da revelação dos critérios de estruturação dos algoritmos usados para disseminação de conteúdos.

Afirmou que, paralelamente às discussões no Congresso, o Ministério trabalha em conjunto com o Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações Direitas de Inconstitucionalidade, que tratam do art. 19 do [Marco Civil da Internet](#), sobre responsabilidade por danos recorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Argumentou que o objetivo não é censurar ou ferir os princípios de liberdade de expressão, e sim que os usuários possam ter informações claras sobre as decisões e critérios das plataformas. Ademais, pontuou que a pasta também tem atuado a respeito da atenção à criança e ao adolescente, dialogando com as plataformas para aprimoramento das ferramentas de controle familiar.

Noutro ponto, trabalha para a construção de ações em relação a proteção de idosos em ambientes digitais, principalmente em relação as instituições financeiras, e transações com criptomoedas. Sobre direitos autorais, informou que foram bloqueados mais de 250 sites, aplicativos, músicas, jogos de conteúdo audiovisual que violaram os direitos de propriedade do autor. Na ocasião, os senadores Eliziane Gama (PSD/MA) e Fabiano Contarato (PT/ES) também se manifestaram pela criação de regras mais claras acerca da responsabilização das plataformas digitais.

O ministro Dino ressaltou, ainda, que a pasta sugeriu ao presidente Lula que o Brasil deve, por ocasião da presidência do G20, elencar como prioridade a discussão em torno da regulamentação da inteligência artificial. Sobre o tema, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) pediu apoio do Ministério da Justiça para a celeridade na tramitação das matérias relacionadas a temática de inteligência artificial, que estão sendo deliberadas na Comissão Externa, com vistas na celeridade de tramitação.

Acerca do tema de proteção de dados, afirmou que em relação à ANPD, o governo estrutura a realização de concurso público para alocação de servidores específicos para o órgão. Nessa linha, também destacou que estão reestruturando o Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd), que aguarda indicação dos membros pela Casa Civil, para discussões centralizadas sobre a temática.

Ao final, se manifestando sobre a proteção de crianças e adolescente, o senador Alessandro Vieira (MDB/SE) solicitou agilidade na tramitação do [PL 2628/2022](#), que trata da proteção dessas no ambiente digital. Para tanto, o ministro Dino afirmou que encaminhará às Casas Legislativas uma solicitação de esforço concentrado sobre matérias relacionadas a segurança pública, afirmando que contemplará o projeto no rol de proposições a serem priorizadas.